



**INSTITUTOS DOS ADVOGADOS BRASILEIROS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO ADMINISTRATIVO**  
**RIO DE JANEIRO RJ**

**PARECER**

**INDICAÇÃO Nº:** 007/2012

**INTERESSADO:** Dr. Victor Farjalla

APROVADO  
EM 02.08.2017  
[Assinatura]

**EMENTA:** Direito Administrativo. Concurso público. PL 2.474/2011. Critério de desempate. Doação regular de sangue. Critérios genéricos e desassociados com as atribuições do cargo público. Discriminação legal inconstitucional. Violação ao princípio da isonomia e ao princípio do acesso aos cargos, empregos e funções públicas e ao princípio do concurso público. Violação da Súmula 683 do STF. Não atendimento ao interesse público qualificado pela lei fundamental. Eleição dos candidatos mais aptos à prestação do serviço público. Desvio de finalidade do certame. Voto pelo **arquivamento do projeto de lei.**

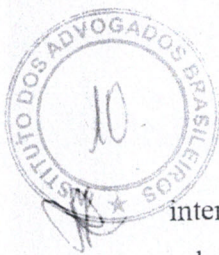
**1. RELATÓRIO**

Trata-se de designação feita pelo ilmo consorte Dr. Victor Farjalla acerca do projeto de lei federal nº 2.474 de 2011 em trâmite no Congresso Nacional, que estabelece a obrigatoriedade da doação regular de sangue como um dos critérios de desempate em concursos públicos.

Na proposta houve parecer favorável da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público com apresentação de um projeto substitutivo compatibilizando com outras propostas e criando critérios sucessivos de desempate em concursos públicos realizados no âmbito da Administração pública federal direta e indireta.

Por efeito, foram criados os seguintes critérios: candidato que seja doador regular de sangue; feminino na condição de chefe de família, responsável exclusiva pela manutenção e educação de filho menor de idade; mesário nas eleições recentes; idoso; sendo cargo que admita a acumulação, aquele que não tiver vínculo com outro serviço público;





Trata-se, portanto, de um típico *hard case* uma vez que há na confluência entre o interesse público qualificado pela lei fundamental – o concurso público como processo seletivo – a proteção da isonomia formal e material entre os candidatos e a eleição do candidato que se demonstre mais capaz de atender o serviço público.

## 2. DO MÉRITO

### 2.1. A Constitucionalização-Releitura do Concurso Público e do Princípio do Acesso aos Cargos, Empregos e Funções Públicas

Com a Constituição Federal de 1988 ocorreu em matéria de Direito Administrativo o fenômeno de *constitucionalização-inclusão*, ou seja, a previsão de um amplo estatuto normativo da Administração Pública na lei fundamental, que permitiu adequar os regimes infraconstitucionais regulados antes de 1988 à nova ordem constitucional.<sup>1</sup>

Porém, não se limitou o processo à elevação de institutos do direito infraconstitucional ao texto constitucional, mas também a *constitucionalização-releitura*, pois a irradiação dos preceitos constitucionais ocorreu através da filtragem à luz da Constituição, em especial, das noções de *direitos fundamentais e democracia*.<sup>2</sup>

Neste sentido, o concurso público enquanto meio técnico posto à disposição da Administração Pública para obter-se moralidade e eficiência e aperfeiçoamento do serviço público e ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam os requisitos da lei<sup>3</sup> encontra novo regime na Constituição Federal de 1988.

Isto porque, o Princípio do Acesso aos Cargos e Empregos Públicos já foi previsto desde a Constituição do Império de 1824, porém, com a configuração de norma veiculadora de direito fundamental sem restrição constitucional, portanto, garantindo acesso de todo cidadão aos cargos públicos civis, políticos e militares em razão de suas qualificações<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> O tema já foi amplamente abordado por nós em: MOURA, Emerson Affonso da Costa. **Neoconstitucionalismo, Constitucionalização e Direito Administrativo**. Revista da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, v. 19, p. 113-132, 2016.

<sup>2</sup> MENDONÇA, José Vicente Santos de. SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; **Fundamentalização e fundamentalismo na interpretação do princípio constitucional da livre iniciativa**. In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de e SARMENTO, Daniel (Orgs.). *A Constitucionalização do direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 709 e ss.

<sup>3</sup> Meirelles, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 412.

<sup>4</sup> BRASIL. Constituição do Império de 25 de Março de 1824. Artigo 179 XIV. "(...) XIV. Todo o cidadão pode ser admitido aos Cargos Públicos Civis, Políticos, ou Militares, sem outra diferença, que não seja dos seus talentos, e virtudes".





Com a Constituição Republicana de 1891 é que passou a se sujeitar à restrição por via de reserva legal, ao determinar além de uma cláusula geral de vedação da concessão de privilégios ou prerrogativas, que o acesso a todos brasileiros dependia da observância dos requisitos para exercício da função prevista em lei.<sup>5</sup>

A Constituição Federal de 1988 como as demais experiências constitucionais brasileiras apenas manteve tal conteúdo, de forma que a tentativa de implementação da Reforma Gerencial Brasileira com a Emenda Constitucional n. 19 de 1998 apenas ampliou a possibilidade de acesso aos estrangeiros nas hipóteses permitidas por lei.

Assim, é com a constitucionalização-releitura que o princípio do Acesso aos Cargos e Empregos Públicos assume novas feições, ao decorrer de outros postulados fundamentais do Estado Brasileiro – o princípio da *participação política*, da *igualdade* e da *república* – e pretender realizar valores e bens tutelados pela ordem jurídico-constitucional no regime administrativo – o princípio da *impressoalidade, moralidade e eficiência*<sup>6</sup>.

Tal princípio impõe um requisito *subjetivo* – nacionalidade brasileira natural ou naturalizada – e um elemento *objetivo* – as imposições legais para exercício da função, emprego ou cargo público – que significa a vinculação no concurso público para restrição do acesso àqueles a obrigação imposta de forma geral e abstrata por lei.

Assim, vincula-se à *legalidade administrativa* que no âmbito de um Estado Federado significa que cabe a cada ente federado dentro de sua autonomia político-administrativa fixar os requisitos necessários para o acesso à função, emprego ou cargo público na sua atividade de organização do serviço público e do quadro funcional.

Todavia, a leitura do Princípio do Acesso aos Cargos e Empregos Públicos deve ser tida não apenas à *partir* da Constituição Federal de 1988, mas a luz daqueles bens e valores essenciais tutelados pela lei fundamental, de forma a se transformar em vetor de concretização dos direitos fundamentais e princípio democrático.

Isto porque, diante da transmutação do princípio da *legalidade restrita* em *juridicidade ampla*, com a superação da vinculação estrita a lei emanada segundo as

<sup>5</sup> BRASIL, Constituição da República de 24 de fevereiro de 1891: “Art. 72. § 2º Todos são iguais perante a lei. A República não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho. Art. 73. Os cargos públicos civis ou militares são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidade especial que a lei estatuir, sen do, porém, vedadas as acumulações remuneradas.”

<sup>6</sup> ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. **Princípios constitucionais dos servidores públicos**. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 144.





prescrições legais para uma vinculação a toda ordem jurídica positiva<sup>7</sup> os requisitos para acesso ao cargo e emprego público se ligam precipuamente à própria Constituição Federal.

Com a elevação da Constituição a parâmetro de validade formal e material de todos os atos e normas que compõem o ordenamento jurídico, a legalidade passa a corresponder, em *primeiro grau*, à compatibilidade dos atos oriundos da Administração Pública com a carta magna e não com a lei ou com a espécie normativa próxima<sup>8</sup>.

Observa-se, portanto, uma vinculação direta e imediata da atividade administrativa à Constituição independente da conformação legislativa, sem que resulte na exclusão como parâmetro de validade da atividade administrativa a regulamentação dada pelo legislador ordinário através da lei ou das demais espécies normativas adequadas<sup>9</sup>.

Neste sentido, inexorável é a sua relação com o *princípio do concurso público*, de forma que o requisito primeiro para o acesso ao cargo ou emprego público é lograr aprovação prévia em concurso público de *provas* ou *provas e títulos*, que será definido de acordo com a natureza e complexidade do *munus publico*.

Por um lado, isto significa que pelo princípio do acesso cabe à lei definir os *requisitos* objetivos e subjetivos para os cargos, empregos e funções e não as etapas para os concursos públicos, a saber, a definição das exigências legais que deve o candidato preencher e ser apresentadas no momento do provimento e não durante o processo seletivo.

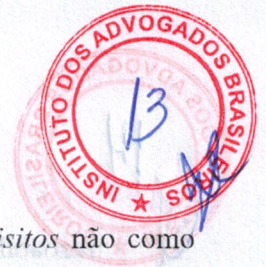
Por esta razão não cabe a utilização de critérios objetivos ou subjetivos como será visto não adequados às aptidões exigidas pelos cargos público, pois importaria em restrição inconstitucional ao direito público subjetivo do candidato de acesso ao cargo, emprego ou função pública.

<sup>7</sup> Sob a nova configuração dos princípios administrativos constitucionais no Estado Democrático de Direito com epicentro em uma Constituição Garantista vide: MOURA, Emerson Affonso da Costa. **A Constitucionalização do Direito Administrativo e o Regime Jurídico Administrativo: Legitimidade, Neutralidade, Ética, Transparência e Efetividade na Administração Pública**. Revista IOB de Direito Administrativo, v. 87, p. 100-127, 2013.

<sup>8</sup> Isto representa a substituição do parâmetro de juridicidade, ou seja, da reserva vertical da lei pela reserva vertical da Constituição. Neste tocante, a introdução pela Emenda Constitucional n° 45 de 2004 do efeito vinculante de súmula editada pelo Supremo Tribunal Federal para a Administração Pública, demonstra que a Constituição passa a ser o fundamento primeiro de validade da atividade administrativa, e não o último, verificada após a compatibilidade com o decreto, regulamento, portaria ou demais que o ensejou. CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 2002. p. 836.

<sup>9</sup> Corresponderia em último grau, a concessão ao agente administrativo de uma ampliação de sua margem de discricionariedade, de modo a ensejar sob a falsa alegação de aplicação da Constituição, uma burla a obrigatoriedade da lei, com fundamento em eventual desinteresse político na realização do interesse público nela colimado, afetando, por conseguinte a segurança jurídica, advinda do caráter geral, abstrato e obrigatório da lei, ao assegurar a previsibilidade das condutas e estabilidade das relações sociais. OTERO, Paulo. **Legalidade e Administração Pública: O sentido da vinculação administrativa à juridicidade**. Coimbra: Almedina, 2003. p. 735.





Por outro lado, isto importa que compete a lei definir aqueles *requisitos* não como espaço ilimitado de conformação legislativa, mas campo de concretização dos valores e bens constitucionais, de forma que a regulação por norma infraconstitucional deve atender aos próprios postulados do Estado de Direito.

Um dos postulados fundamentais das constitucionais modernas<sup>10</sup> e dos diplomas internacionais<sup>11</sup> é a consagração do devido processo legal como direito fundamental, que passa a corresponder não apenas a observância formal dos procedimentos na edição das leis, mas a previsão de conteúdos minimamente exigidos nos atos públicos.

A acepção material ou substantiva do devido processo legal importa na garantia dos direitos fundamentais do cidadão, mediante a aferição não somente do procedimento, mas do próprio conteúdo dos atos estatais, em análise da sua legalidade, razoabilidade e da proporcionalidade, a fim de inibir os efeitos prejudiciais decorrentes do abuso de poder.

Por efeito, demanda-se do ato do poder público, além da observância ao conteúdo da lei, sua aptidão de produzir o resultado almejado, sem a existência de outro menos meio gravoso e mediante ponderação entre o grau de restrição de um princípio e o grau de realização do princípio contraposto<sup>12</sup>.

Permite-se através do devido processo legal substancial, não apenas a análise da observância formal ou procedimental do ato à lei vigente, mas o exame do seu conteúdo, no respeito à razoabilidade (*reasonableness*) e racionalidade (*rationality*), que devem ser dotados os atos normativos e concretos dos poderes públicos<sup>13</sup>.

Assim, adere-se a doutrina que aponta que o estabelecimento de requisitos subjetivos injustificáveis pela natureza da função denotando mera discriminação – como no caso sexo, idade, doador de sangue, mesário e não ser concursado – viola o princípio do acesso ao cargo, emprego e função pública sendo restrição inconstitucional.<sup>14</sup>

No âmbito do Princípio do Acesso aos Cargos e Empregos Públicos significa que a exigência ainda que por lei de requisitos objetivos ou subjetivos deve observar o parâmetro de

<sup>10</sup> Há sua previsão nas cartas liberais, como na Constituição Francesa de 1791, a Constituição dos Estados Unidos da América, através da sua sexta emenda em 1797, nas constituições sociais como a Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição Alemã de 1949, além das constituições pós-guerra, como a Constituição Portuguesa de 1976, Constituição Espanhola de 1978 e a Constituição Brasileira de 1988.

<sup>11</sup> Há referências na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1793, na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto de São José da Costa Rica, de 1969.

<sup>12</sup> MATTOS, Sérgio Luís Wetzel de. **Devido processo legal e proteção de direitos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. p. 97.

<sup>13</sup> BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito Constitucional Contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 214.

<sup>14</sup> DALLARI, Adilson Abreu. **Regime Constitucional dos Servidores Públicos**. 2 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990, p. 32.





razoabilidade e racionalidade, de forma que se adéque formal e materialmente aos fins esperados do *munus* público.

Assim, exigências legais relativas ao cidadão para o cargo e emprego público que não guardem relação de congruência direta com as demandas da função pública ao qual o mesmo irá desenvolver serão tidas inconstitucionais por configurar restrição ilegal ao princípio mencionado.

## **2.2. Do Princípio do Concurso Público, o *munus* do certame e a Discriminação Inconstitucional**

De igual razão na aplicação do *Princípio do Concurso Público* não se configura um espaço ilimitado de escolha definitiva para eleição das etapas do certame na edição do edital, uma vez que assume dentro de uma perspectiva de *constitucionalização-releitura* uma afetação à concretização de outras normas constitucionais.

A doutrina tradicional sustenta que cabe à Administração Pública prescrever exigências quanto à capacidade física, moral, técnica, científica e profissional, que entender convenientes, como condições de eficiência, moralidade e aperfeiçoamento do serviço público dentro de sua esfera de competência<sup>15</sup>.

Porém, ao determinar a Constituição Federal que a investidura no cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de *provas* ou de *provas e títulos*, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, isto não significa um campo de liberdade administrativa plena.

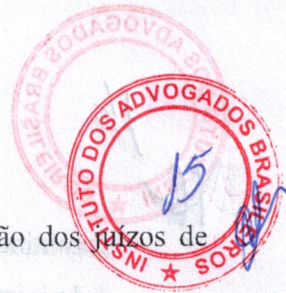
Condiciona, portanto, o concurso público duas formas de avaliação: a realização de *provas*, ou seja, para aferir as condições técnicas do candidato através de exame escrito, oral, físico ou afins, bem como, se cabível, a verificação de *títulos*, a saber, a avaliação da formação, produção e experiência acadêmica, técnica e/ou profissional do candidato.

Entretanto, ainda que se interprete tal norma restritiva de direito de forma ampla, de maneira a sustentar uma margem livre da Administração Pública que permitiria determinar critérios de desempate além da qualificação do profissional tem que se reavaliar a discricionariedade no Estado Constitucional de Direito.

A discricionariedade administrativa compreende o espaço de liberdade decisória concedida à Administração Pública na eleição entre os indiferentes jurídicos, inserto na esfera

<sup>15</sup> Meirelles, Hely Lopes. Op. cit. p. 413-414.





de atribuição concedida pela norma jurídica e de acordo com a formulação dos juízos de conveniência e oportunidade promovidos<sup>16</sup>.

Embora se adéqüe a necessária dinâmica da atividade administrativa, em um contexto de multiplicidade e complexidade das demandas sociais que escapa à previsibilidade do legislador, a existência de um campo de escolha na atuação administrativo não representa intangibilidade do seu mérito aos limites impostos pela ordem jurídica<sup>17</sup>.

Transmuta-se, portanto, a concepção da discricionariedade administrativa de uma ampla esfera de escolha na persecução do interesse público não sujeito a controle pelos poderes públicos a um campo de ponderações proporcionais e razoáveis entre os bens e interesses constitucionais<sup>18</sup>.

Isto envolve a submissão do espaço decisório ao feixe de princípios constitucionais, que passam a orientar os juízos de valoração do administrador pelos critérios de razoabilidade, isonomia e demais, assegurando a congruência da decisão administrativa ao interesse legal e o impedimento de sua tradução em arbitrariedade<sup>19</sup>.

Por efeito, o estabelecimento de critérios diante do vácuo normativo constitucional só pode persistir dentro de um espaço legítimo da discricionariedade administrativa se for capaz de se sustentar perante os demais valores e bens constitucionais tutelados e o próprio objetivo deste interesse qualificado em lei.

O objetivo do concurso público é verificar as aptidões pessoais dos candidatos de forma a permitir a seleção do melhor sujeito para ocupar o cargo ou função pública<sup>20</sup>.

<sup>16</sup> Nesta ordem, compreende o mérito administrativo os juízos formulados pela Administração Pública acerca da conveniência, oportunidade, equidade e demais critérios utilizados na decisão administrativa que são definitivos e inquestionáveis perante o poder Judiciário. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Da Discricionariedade Administrativa**. São Paulo: Atlas, 1990. p. 92.

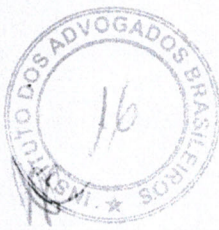
<sup>17</sup> A liberdade administrativa conferida por uma norma de direito não significa liberdade de eleição entre indiferentes jurídicos, mas a providência do ato capaz de atingir a finalidade da lei que terá seu campo restrito as soluções possíveis de acordo com o caso concreto e adequadas conforme o dever de boa administração. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Discricionariedade e Controle Jurisdicional**. São Paulo: Malheiros, 1992. p. 44-48.

<sup>18</sup> Neste tocante, cabe ao Poder Judiciário a correção da discricionariedade, apurando a sua conformidade com o Direito, a racionalidade do discurso que a legitima, o atendimento ao código dos valores dominantes e a proporcionalidade na correlação lógica entre motivos, meios e fins, de forma a preservar a escolha do meio menos gravoso e proporcional aos fins a serem alcançados. CUNHA, Rubem Dário Peregrino. **A juridicização da discricionariedade administrativa**. Salvador: Vercia, 2005. p. 168-172.

<sup>19</sup> A compreensão do Direito como um sistema formado não apenas de regras, mas também por princípios de reconhecida normatividade e inquestionável força vinculante, impôs limitações ao espaço decisório discricionário que passou a ser considerado como um espaço sujeito a ponderação, reservado nos casos difíceis, a concorrência entre princípios. BAPTISTA, Patrícia. **Transformações do Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 91.

<sup>20</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 279.





garantindo, portanto, a realização do dever de boa administração que deve reger a atuação da Administração Pública em um Estado Republicano.<sup>21</sup>

Dessa forma, a finalidade do concurso enquanto *público* assim como de toda atuação administrativa é a busca pela satisfação do *interesse público* da Administração Pública que é selecionar o melhor candidato para o serviço público e não os interesses privados dos candidatos que desejam todos serem aprovados ainda que não sejam o mais apto.<sup>22</sup>

Por esta razão, a garantia da isonomia no concurso é para permitir que os candidatos possam demonstrar as suas aptidões à Administração Pública de forma que esta possa selecionar o melhor<sup>23</sup> sem que importe em exclusão de candidatos que concretizem tal dever de boa administração.

Por efeito, a criação de critérios *objetivos* e *subjetivos* durante o certame deve ser norteado pelo interesse público previamente qualificado pela Constituição Federal de forma a se adequar aos critérios determinados pelo princípio do acesso aos cargos e empregos públicos e o próprio princípio do concurso público.

Já tivemos a oportunidade de sustentar que a criação no concurso público de etapas ou critérios restritivos é inconstitucional visto que foge ao *munus constitucional* do certame, que é permitir o amplo acesso de candidatos como forma de através da seleção por provas e títulos escolha-se o mais apto a prestar o serviço público.<sup>24</sup>

O próprio Supremo Tribunal Federal já sumulou que critérios subjetivo só podem ser fixado quando compatíveis com as atribuições do cargo, emprego ou função pública<sup>25</sup> e sejam razoáveis guardando congruência ou compatibilidade com o esperado pelo servidor público e o serviço público prestado<sup>26</sup>.

<sup>21</sup> ZOCKUN, Maurício; **A Participação do Administrado na Administração e o Preenchimento de Cargos Públicos**. in: ZOCKUN, Maurício; Pires, Luis Manuel Fonseca; Adri, Renata Porto. **Corrupção, Ética e Moralidade na Administração Pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 264.

<sup>22</sup> Já tive a oportunidade de sustentar em livro que desde a formação do Estado Brasileiro a coisa pública tem sido sucessivamente apropriada por sujeitos que buscam não a satisfação do interesse público, mas a realização apenas dos seus interesses econômicos próprios sendo infelizmente o concurso público uma das vias. MOURA, Emerson Affonso da Costa. **Um Fundamento do Regime Administrativo: O Princípio da Prossecução do Interesse Público**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2014. p. 60-110.

<sup>23</sup> DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Edgen, 2014; p. 610.

<sup>24</sup> MOURA, Emerson Affonso da Costa.; LEITE, M. C. . **Concurso Público, Investigação Social e os Princípios Constitucionais: Análise Crítica da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Revista Brasileira de Direito Público, v. 14, p. 105, 2016.

<sup>25</sup> BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Súmula 683 O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

<sup>26</sup> BRASIL, Supremo Tribunal Federal. AI 486439 AgR, Relator Ministro Joaquim Barbosa, Segunda Turma, julgamento em 19.8.2008, DJe 28.11.2008. "A lei pode limitar o acesso a cargos públicos, desde que as exigências sejam razoáveis e não violem o art. 7º, XXX, da Constituição. Entretanto, não se pode exigir, para o





Note, portanto, que a criação de critérios genéricos – como no caso sexo, idade, doador de sangue, mesário e não ser concursado – sem compatibilidade com as funções em si gera uma discriminação positiva inconstitucional, pois como aponta a literatura jurídica na verificação do tratamento desigual proposto não se encontra uma legítima justificação.<sup>27</sup>

### III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, torna-se patente que o projeto de lei nº 2.474/2011 ao criar critérios genéricos de desempate independente das atribuições do cargo, emprego e função pública demonstram-se uma discriminação legal inconstitucional que viola o princípio da isonomia, do acesso aos cargos, empregos e funções públicas e do concurso público.

Há um não atendimento ao interesse público qualificado pela lei fundamental que corresponde a eleição dos candidatos mais aptos à prestação do serviço público, o que produz um desvio de finalidade do certame, inclusive, em atentado contra a própria jurisprudência fixada pelo Supremo Tribunal Federal na súmula 683 entre outros.

Isto, posto sugere-se o encaminhamento ao Congresso Nacional para que tome as providências, opinando pelo arquivamento do projeto de lei sendo este o parecer, ora submetido à doughty apreciação do plenário.

Rio de Janeiro, 30 de Novembro de 2016.

Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

Membro da Comissão Permanente de Direito Administrativo do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB)

Professor de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Doutorando em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Mestre em Direito Constitucional e Especialista em Direito da Adm. Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Colíder do Laboratório de Estudos de Direito Adm. Comparado pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

---

exercício do cargo de médico da Polícia Militar, que o candidato seja jovem e tenha vigor físico, uma vez que tais atributos não são indispensáveis ao exercício das atribuições do cargo."

<sup>27</sup> DIMOULIS, Leonardo; MARTINS, Leonardo. **Teoria geral dos direitos fundamentais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 22.